



INTERFORT

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0003-01

Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro 85 | José Américo de Almeida

João Pessoa/PB | 58.074-113

E-mail: licitacoes@interfort.com.br | www.interfort.com.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

Assunto: **DILIGÊNCIA DE 13/11/2019 10:27:53**

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/0219**

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, já qualificada nos autos do processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2019, vem a ilustre presença de Vossa Senhoria, em atendimento a DILIGÊNCIA referenciada, prestar os seguintes esclarecimentos:

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO - JUSTIFICAR ALÍQUOTAS

Grupos I, II e III	Planilhas			
	1	2	3	4
3 Provisão para Rescisão				
A – Aviso Prévio Indenizado	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
B – Incidência do FGTS s/A.P.I.	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
C – Multa FGTS e CS s/A.P.I.	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
D – Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	1,85%	1,85%	1,85%
E – Incidência Submódulo 2.2 s/APT	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
F – Multa do FGTS e CS s/APT	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Total	6,95%	6,95%	6,95%	6,95%

Justificativas:

A – Aviso Prévio Indenizado

Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do artigo 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado e com a situação particular da INTERFORT, cerca de 5% dos vigilantes são admitidos pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Assim a provisão necessária será somente para estes empregados, pois os demais



INTERFORT

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0003-01

Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro 85 | José Américo de Almeida

João Pessoa/PB | 58.074-113

E-mail: licitacoes@interfort.com.br | www.interfort.com.br

receberão o aviso prévio trabalhado quando findar o contrato. Logo a provisão representa $((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$

B – Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado

A provisão representa: $(0,0042 \times 0,08) \times 100 = 0,03\%$

C – Multa do FGTS e CS sobre o Aviso Prévio Indenizado

A Lei Complementar nº 110/2001 determina multa de 50%, mas volta o depósito para 8,0%. Considerando que 5% dos empregados são demitidos temos a seguinte provisão: $0,08 \times 0,50 \times 0,05 \times 100 = 0,20\%$

D – Aviso Prévio Trabalhado

Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregado rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no artigo 488 da CLT. Considerando que 5% são demitidos por Aviso Prévio Indenizado, recai sobre 95% os vigilantes demitidos nessa situação. Logo a provisão representa: $((7/30)/12) \times 0,95 \times 100 = 1,85\%$

Sobre o aviso prévio, inclusive, destaque-se que inexistente previsão legal ou normativa que sustenta a aplicação obrigatória do percentual de 1,94% para arcar com o custo do aviso prévio.

Na verdade, o percentual de 1,94% vem sendo estimado pelo TCU, até para evitar cotações em percentual superior, o que importaria a oneração indevida do preço para os cofres públicos. No entanto, em nenhum momento, se exige das licitantes que estatua esse percentual em suas propostas, do contrário, a licitação seria engessada e espaço nenhum teriam as licitantes para compor os seus preços de acordo com as especificidades de sua operação.

Em verdade, 1,94% é o percentual máximo admitido pelo TCU, não o percentual único de observância cogente:

Acórdão 1.586/18 - Plenário, o Poder Público deve indicar o percentual máximo para aviso prévio trabalhado.

"Nas licitações para contratação de mão de obra terceirizada, a Administração deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011".

Com efeito, não há exigência de se aplicar necessariamente o percentual de 1,94%, só não podendo a licitante extrapolá-lo. Do contrário, não teria dito o TCU que "a *parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano*". Ora, se 1,94% é o percentual máximo, claro que se autoriza às licitantes cotar o item em valor inferior.

E – Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado

Considerando que o Submódulo 2.2 é 35,30% aplicamos sobre o Aviso Prévio Trabalhado de 1,85%, teremos: **0,65%**

F – Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado

A Lei Complementar nº 110/2001 determina multa de 50%, mas volta o depósito para 8,0%. Considerando que 95% dos empregados são demitidos com aviso prévio trabalhado, temos a seguinte provisão: **$0,08 \times 0,50 \times 0,95 \times 100 = 3,80\%$**

MÓDULO 6 – ITENS "A" E "B" – JUSTIFICATIVA DAS ALÍQUOTAS

Grupo I	Planilhas			
	1	2	3	4
6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
A – Custos Indiretos	1,50%	2,50%	1,00%	0,79%
B – Lucro	1,29%	2,26%	1,24%	0,80%

Grupo II	Planilhas			
	1	2	3	4
6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
A – Custos Indiretos	1,71%	1,50%	1,70%	1,19%
B – Lucro	1,50%	1,43%	1,56%	1,00%

Grupo III	Planilhas			
	1	2	3	4
6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
A – Custos Indiretos	0,24%	7,84%	0,05%	0,16%
B – Lucro	0,20%	8,48%	0,05%	0,15%

6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

A – Custos Indiretos



INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0003-01

Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro 85 | José Américo de Almeida

João Pessoa/PB | 58.074-113

E-mail: licitacoes@interfort.com.br | www.interfort.com.br

São os gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerencialmente de seus contratos, tais como as despesas relativas a: **a) funcionamento e manutenção da sede e filiais**, tais como aluguel, água, luz, telefone, imposto predial territorial urbano (IPTU), dentre outros; **b) pessoal administrativo; c) material e equipamentos de escritório; d) supervisão de serviços; e) seguros etc.**

A alíquota adotada é diretamente incidente sobre a somatória do Módulo 1, Módulo 2, Módulo 3, Módulo 4 e Módulo 5.

B – Lucro

Já o LUCRO é o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculada mediante a incidência percentual sobre a somatória do Módulo 1, Módulo 2, Módulo 3, Módulo 4, Módulo 5 e Despesas Indiretas.

Nas planilhas apresentadas por esta empresa, observamos o mínimo de 0,05% e a máxima de 7,84% para os CUSTOS INDIRETOS e mínimo de 0,05% e máximo de 8,48% para a taxa de LUCRO.

Para justificar nossa viabilidade, apresentamos alguns contratos atualmente em execução por esta Empresa, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil S/A, onde registra-se as alíquotas de 0,05% para os CUSTOS INDIRETOS e de 0,05% para o LUCRO (cópias anexas).

Como senão bastasse, registre-se também que as alíquotas atualmente adotadas no contratual em execução com esta Entidade de Ensino Superior é de 0,50% para ambos os custos.

Ressalte, por fim, que os percentuais variáveis dos elementos que compõem as DESPESAS INDIRETAS e LUCRO, com exceção dos TRIBUTOS, cujas alíquotas são definidas em lei, guardam estreita relação com características particulares de cada contrato, bem como de cada empresa, em especial, com aquelas consideradas no momento do orçamento, tais como porte e situação financeira da empresa, número de contratos em execução, dimensão e natureza do contrato, logística necessária, necessidades operacionais, atratividade estratégica do contrato, dentre outros aspectos.

DA EXEQUIBILIDADE GERAL

Consoante apontado acima, as particularidades de cada licitante podem regularmente repercutir no preço, sem que isso possa ser penalizado pela Administração – que, por sinal, se o fizesse, estaria trabalhando contra si própria, ao pressionar o preço para cima. Nesse sentido, o TCU tem entendido que:



INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0003-01

Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro 85 | José Américo de Almeida

João Pessoa/PB | 58.074-113

E-mail: licitacoes@interfort.com.br | www.interfort.com.br

Acórdão TCU nº 963/2004 - Plenário

"(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

Note-se, a par disso que, ainda que algum item tivesse sido cotado em percentual considerado pela Administração não realizável, isso por si só não poderia levar à afirmação da inexecutabilidade, afinal a executabilidade da proposta deve ser analisada em seu sentido e valor global, não item por item. Esse entendimento é pacificado na jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 963/2004 - Plenário

"(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos." (grifos nossos)

Acórdão TCU nº 1.791/2006 - Plenário

"(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

'b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver? Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou
2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a (...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações; 2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a



INTERFORT

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0003-01

Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro 85 | José Américo de Almeida

João Pessoa/PB | 58.074-113

E-mail: licitacoes@interfort.com.br | www.interfort.com.br

quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)” (todos os grifos acrescidos).

Ademais, em último caso, a licitante responderia pelos erros em sua planilha, estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou, não se podendo descer item a item para aferir a correção da proposta, salvo se houvesse previsão legal ou normativa quanto ao percentual aplicável, o que não é o caso dos itens questionados.

E não há dúvidas, em arremate, quanto à exequibilidade da proposta da INTERFORT, o que referenda a sua classificação. Sim, porque o preço da licitante equivale a 79,85% do lote 01, 78,26% do lote 02 e 80,73% do lote 03 estimado, pelo que se conclui a sua exequibilidade, a teor do art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)
- b) valor orçado pela administração.

Assim, em conclusão, sendo a proposta da INTERFORT plenamente exequível e considerando ainda que a empresa assume o seu ônus, de rigor é a CLASSIFICAÇÃO da licitante.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a vossa inteira disposição para apresentação de eventuais informações que se façam necessárias e imprescindíveis ao julgamento do presente torneio.

Atenciosamente,

Bruno Giovanni P. de O. Adriola
Gerente Comercial
CPF: 009.863.904-88

INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA

Bruno Giovanni Pessoa de Oliveira Andriola

CPF: 009.863.904-88

Procurador